



**COMISSÃO EUROPEIA**  
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E DAS PESCAS

O Diretor-Geral,

Bruxelas  
MARE/A2/LS

**Assunto: Recomendações do Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) sobre o Ordenamento do Espaço Marítimo das Regiões Ultraperiféricas.**

Exmo. Sr. Farias,

Gostaria de agradecer por partilhar as recomendações do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) sobre o Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) das Regiões Ultraperiféricas (RUP). As suas reflexões destacam as complexidades do equilíbrio entre a conservação do ambiente, a atividade económica e as práticas tradicionais das comunidades piscatórias.

A Comissão Europeia reconhece a importância do OEM como instrumento estratégico para garantir que os recursos marítimos sejam objeto de uma utilização sustentável, protegendo em simultâneo os ecossistemas marinhos. Paralelamente, reconhecemos os desafios excecionais que as RUP enfrentam em consequência das suas características geográficas, ecológicas e socioeconómicas.

Em primeiro lugar, permita-me recordar que, nesta fase, todas as regiões ultraperiféricas, onde a Diretiva relativa ao ordenamento do espaço marítimo é aplicável - Açores, Madeira e Canárias - já adotaram os seus planos de ordenamento do espaço marítimo (sendo os Açores a última a adotar em outubro de 2024). No entanto, a Diretiva relativa ao ordenamento do espaço marítimo não se aplica às RUP francesas, nos termos dos seus art.ºs 2.º e 3.º, n.º 3.

Embora, como o senhor identificou corretamente, a maioria das suas recomendações se dirija aos Estados-Membros, enquanto responsáveis pelo ordenamento do espaço marítimo e pela designação das AMP, permita-me que aborde aspetos fundamentais das recomendações que apresentou:

**1. Áreas Marinhas Protegidas (AMP):**

As preocupações sobre os impactos socioeconómicos das AMP nos pescadores artesanais e nas comunidades costeiras são válidas. A Comissão realça a necessidade de políticas equilibradas que alinhem os objetivos de conservação aos meios de subsistência das comunidades. No que respeita a regiões como os Açores, a Madeira, as Ilhas Canárias e as RUP francesas, torna-se importante garantir que a designação de AMP seja fundamentada por estudos científicos, de acordo com a recomendação. Com esta abordagem, garante-se que as decisões são

Sr. Ruben do Couto Farias  
Presidente da Comissão Executiva do CCRUP  
Açores - Portugal

Comissão Europeia, 1049 Bruxelas, BÉLGICA – Tel. +32 22991111 Gabinete: J-99 05/014 – Tel. linha direta +32 229-50483

Charlina.VITCHEVA@ec.europa.eu

baseadas em dados, importantes, equitativas e que minimizem os efeitos adversos nas atividades da pesca tradicionais.

As atividades da pesca dependem de um ambiente marinho saudável, com unidades populacionais de peixes saudáveis e uma biodiversidade rica. As medidas que serão tomadas com vista a melhorar a conservação e a proteção das espécies e dos habitats marinhos, em especial nas AMP e nas zonas de desova e reprodução das espécies comerciais, beneficiarão diretamente a pesca por intermédio da reconstituição das unidades populacionais de peixes. Neste âmbito, a DG MARE levou recentemente a cabo um estudo intitulado "*Assessing spillover from marine protected areas to adjacent fisheries*" <sup>(1)</sup>, que avaliou 15 estudos de casos selecionados, incluindo três na Macaronésia (Açores, Madeira e Ilhas Canárias). Os estudos de casos demonstraram que as AMP podem promover um aumento da dispersão de espécies, embora esses efeitos demorem um tempo relativamente longo a ter alguma importância para a pesca. Conforme referido na recomendação da CCRUP, o estudo destaca que, embora as partes interessadas reconheçam o papel das AMP na proteção da biodiversidade, os pescadores mostram-se preocupados com o impacto das restrições à pesca nos seus meios de subsistência. A este respeito, verificamos a necessidade de um certo período de tempo para se começar a ver resultados com a implementação das AMP, embora seja provável que venham a compensar a médio e longo prazo.

Além disso, as avaliações regulares e a gestão adaptativa das AMP são fundamentais. Os ajustes devem ter por base dados ecológicos e socioeconómicos para cumprir os objetivos de conservação sem dar origem a dificuldades indevidas. O reforço da aplicação da lei nas AMP é igualmente crucial para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), que compromete os esforços de proteção.

## 2. A energia eólica marítima e a coexistência com a pesca:

A instalação de parques eólicos marítimos constitui uma oportunidade importante para a produção de energia limpa, embora exija um planeamento cuidadoso para minimizar as perturbações da pesca tradicional.

Em outubro de 2023, a Comissão Europeia apresentou um "Pacote Eólico"<sup>2</sup>, que incluía uma Comunicação sobre a concretização das ambições da UE no domínio das energias renováveis marítimas<sup>3</sup>, como seguimento da Estratégia para a Energia de Fontes Renováveis ao Largo da UE publicada em 2020<sup>4</sup>. Nesta Comunicação, a Comissão comprometeu-se designadamente a lançar uma medida relacionada com a investigação e inovação com o intuito de reduzir o impacto ambiental e otimizar os impactos socioeconómicos dos parques eólicos marítimos em 2024. Para o efeito, a 17 de setembro lançou-se um convite específico para a apresentação de propostas no âmbito do Horizonte Europa (HORIZON-CL5-2024-D3-02-08)<sup>5</sup>.

## 3. Consulta e envolvimento das partes interessadas:

Na realidade, o diálogo preliminar e contínuo com as comunidades locais e as partes interessadas é fundamental. Este processo garante a transparência e cria confiança, ao mesmo tempo que resolve potenciais conflitos espaciais. Este aspeto aplica-se não só no que respeita aos desenvolvimentos ao largo, mas também a todas as atividades planeadas no mar, como também as AMP. A este respeito, durante a elaboração (ou revisão) dos planos marítimos nacionais, nos termos previstos na Diretiva 2014/89 relativa ao ordenamento do espaço marítimo (DOEM), os Estados-Membros devem consultar as "partes interessadas e as autoridades",

---

<sup>1</sup> [https://cinea.ec.europa.eu/publications/assessing-spillover-marine-protected-areas-adjacent-fisheries\\_en](https://cinea.ec.europa.eu/publications/assessing-spillover-marine-protected-areas-adjacent-fisheries_en)

<sup>2</sup> [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_23\\_5185](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_23_5185).

<sup>3</sup> Concretizar as ambições da UE em matéria de energia de fontes renováveis ao largo (COM/2023/668 final).

<sup>4</sup> Estratégia da UE para aproveitar o potencial de energia de fontes renováveis ao largo com vista a um futuro climaticamente neutro. COM/2020/741 final.

<sup>5</sup> <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/opportunities/topic-details/horizon-cl5-2024-d3-02-08>

e o público interessado, numa fase preliminar da elaboração dos planos de ordenamento do espaço marítimo". Em segundo lugar, no que respeita ao desenvolvimento da energia ao largo, ao nível do projeto, tem de haver igualmente uma consulta pública durante a avaliação do impacto ambiental, nos termos previstos na Diretiva 2014/52/UE relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

Ao longo dos anos, desde a adoção da Diretiva que estabelece um quadro o ordenamento do espaço marítimo (OEM) (2014/89/UE), a Comissão criou vários instrumentos de coordenação do OEM e de participação das partes interessadas no planeamento a nível regional e da UE:

- Um [grupo de peritos dos Estados-Membros sobre o OEM](#) dedicado que se reúne, no mínimo, duas vezes por ano (E01682/2) e acolhe observadores de diferentes grupos de partes interessadas<sup>6</sup>. A Diretiva relativa ao ordenamento marítimo (“DOEM”), a Estratégia de Biodiversidade da UE e a nova Lei de Restauração da Natureza da UE são debatidas com os Estados-Membros e a DG ENV durante estas reuniões.
- Um [Mecanismo de Assistência](#) (equipa de peritos em OEM) e uma [Plataforma Europeia de OEM](#): financiada pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), funciona como fórum central de intercâmbio dos vastos conhecimentos gerados em processos e projetos de OEM passados, presentes e futuros. A Plataforma Europeia de OEM permite que funcionários, responsáveis pelo planeamento e outras partes interessadas no OEM aproveitem o acervo existente, evitem a duplicação de esforços, ajudem no reforço das capacidades e promovam o desenvolvimento de novas práticas.
- O [Fórum Azul Europeu](#): um grupo pan-europeu de partes interessadas e um espaço moderado para todos os utilizadores do mar, que consegue reunir-se para debater desafios e prioridades partilhados com vista a encontrar consensos, sinergias e soluções para uma visão comum. Tive o prazer de proceder ao seu lançamento oficial em maio de 2023 e recomendo que se inscreva no fórum, receba informações e participe em eventos futuros, como, por exemplo, o diálogo sobre as pescas e os oceanos que decorrerá durante as Jornadas Europeias dos Oceanos em março de 2025.

#### 4. Utilização múltipla do espaço marinho

Numa situação em que o espaço marinho é limitado e há várias atividades a competir por esse espaço, como é o caso da pesca, a verdadeira solução aponta para uma utilização múltipla. Por essa razão, procedemos ao lançamento de um [compêndio sobre a utilização múltipla](#) em março de 2024. Este compêndio reúne boas práticas e informações sobre projetos que envolvem dois ou mais setores que trabalham em conjunto no mar. As pescas são um dos setores para os quais pretendemos expandir a utilização múltipla na UE e noutras áreas, além da identificação de zonas de pesca, por intermédio da inclusão de áreas de utilização múltipla nos planos nacionais de ordenamento do espaço marinho. O alargamento destes modelos às RUP pode trazer soluções inovadoras. Presentemente, há muitos Estados-Membros que permitem que certos tipos de pesca ocorram dentro do perímetro dos parques eólicos marítimos e muitos outros estão a ponderar adaptar as suas regras nesse sentido. Com o aumento da experiência e da inovação tecnológica, como o aumento da dimensão das turbinas eólicas e dos requisitos de espaçamento associados, é provável que a coexistência entre a instalação ao largo e a pesca evolua de forma positiva. A CE incentiva o intercâmbio de boas práticas neste domínio e, sempre que possível, o planeamento da utilização múltipla do espaço marinho entre os parques eólicos marítimos e a pesca deve ter lugar numa fase preliminar, previamente à construção. Já existem vários exemplos de utilização múltipla entre a energia eólica marítima e a aquicultura na Bélgica, Alemanha e Países Baixos, onde estão a ser cultivadas algas e moluscos

---

(6) A Associação Europeia das Organizações de Produtores de Peixe (“EAPO”) e a Europêche fazem parte deste grupo de peritos na qualidade de observadoras desde 2020. Os novos observadores podem apresentar as suas candidaturas no sítio Web [MARE-MSP- MSEG@ec.europa.eu](mailto:MARE-MSP-MSEG@ec.europa.eu)

com êxito. Estão a ser desenvolvidos outros projetos com o apoio do programa Horizonte Europa, do Interreg e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura em toda a UE (por exemplo, [UNITED](#) e [ULTFARMS](#)).

No que respeita à pesca e às AMP, certos tipos de atividades e métodos de pesca são compatíveis com a proteção da natureza, enquanto a aquicultura pode mesmo desempenhar uma função na recuperação.

## 5. Redução dos impactos

Porém, estamos cientes de que a proteção da natureza e o desenvolvimento ao largo podem afetar o quotidiano dos pescadores e das comunidades que dependem das práticas de pesca. Por conseguinte, é importante garantir que a transição seja gradual e que os Estados-Membros tenham em devida conta as necessidades específicas das comunidades locais e as apoiem de forma direcionada.

No que respeita a incentivos financeiros e mecanismos de compensação para os pescadores e os operadores da aquicultura, que poderão ser afetados pela criação de parques eólicos marítimos ou de AMP, esta matéria é da competência dos Estados-Membros e, por vezes, no caso dos parques marítimos, é resolvida diretamente entre o promotor dos parques eólicos e a comunidade local. Para uma panorâmica das práticas de compensação na UE no que respeita à energia ao largo, com alguns exemplos concretos, recomenda-se a leitura do [relatório](#) acima referido <sup>(7)</sup> publicado pela Comissão em 2021.

## 6. Especificidade e apoio regionais:

A Comissão concorda que as políticas têm de levar em conta as realidades específicas de cada RUP. São necessárias metodologias e ferramentas adaptadas, assim como recursos financeiros adequados, para enfrentar os desafios locais. Recomendamos que os Estados-Membros afetem fundos específicos para apoiar a adaptação das pescas nas RUP. A UE financiou projetos com vista a melhorar a implementação da DOEM e a cooperação transfronteiriça no âmbito do OEM: todos os projetos da UE no domínio do OEM foram selecionados por via de convites públicos, abertos a todas as partes interessadas e anunciados nos sítios Web da Comissão, por exemplo, na página de oportunidades de financiamento da CINEA<sup>8</sup>. Permita-me referir especificamente um projeto de OEM para as regiões ultraperiféricas - MSP-OR <sup>(9)</sup>, que apoia as regiões ultraperiféricas europeias (RUP) dos Açores (Portugal), Madeira (Portugal), Ilhas Canárias (Espanha) na aplicação da Diretiva relativa ao ordenamento do espaço marítimo (Diretiva OEM 2014/89/UE) nos seus territórios marinhos. O projeto MSP-OR visa principalmente apoiar as autoridades competentes do OEM em Portugal (Açores e Madeira) e Espanha (Ilhas Canárias) no avanço da implementação dos seus processos de OEM, lançados com o anterior projeto MarSP; e na França (Guiana Francesa) no avanço da recolha de conhecimentos, proporcionando uma base para lançar e adotar os princípios do OEM.

Em conclusão, considero que todos os grupos, fóruns e atividades mencionados anteriormente representam uma base sólida para a coerência entre as diferentes políticas que influenciam o planeamento espacial marítimo. O reforço da abordagem do OEM será igualmente objeto do "Pacto Europeu para os Oceanos" anunciado pela Presidente da Comissão, Ursula

---

(7) Van Hoey, G., Bastardie, F., Birchenough, S., De Backer, A., Gill, A., de Koning, S., Hodgson, S., Mangi Chai, S., Steenbergen, J., Termeer, E., van den Burg, S., Hintzen, N., Overview of the effects of offshore wind farms on fisheries and aquaculture, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2021, p. 99.

(8) [https://cinea.ec.europa.eu/programmes/european-maritime-fisheries-and-aquaculture-fund/emfaf-calls-tenders\\_en](https://cinea.ec.europa.eu/programmes/european-maritime-fisheries-and-aquaculture-fund/emfaf-calls-tenders_en)

(9) <https://misp-or.eu/en/>

von der Leyen nas suas orientações políticas<sup>10</sup>. O seu desenvolvimento correrá em paralelo com a avaliação do regulamento relativo à política comum das pescas, que inclui elementos espaciais.

Permita-me que agradeça mais uma vez o seu empenho e o seu valioso contributo. Espero que a nossa cooperação prossiga.

A Comissão Europeia continua empenhada em promover a cooperação e o diálogo entre as partes interessadas para obter um desenvolvimento marítimo sustentável. Reconhecemos as valiosas contribuições da CCRUP para a promoção de políticas marítimas inclusivas e informadas.

Espero que esta cooperação frutuosa prossiga. No caso de ter mais perguntas sobre esta resposta, queira contactar Amanda Perez Perera ou Julia Rubeck, a nossa coordenadora dos Conselhos Consultivos, pela caixa de correio funcional MARE-AC@ec.europa.eu

Com os melhores cumprimentos,

Charlina Vitcheva

---

<sup>10</sup> [https://commission.europa.eu/document/download/e6cd4328-673c-4e7a-8683-f63ffb2cf648\\_en?filename=Political%20Guidelines%202024-2029\\_EN.pdf](https://commission.europa.eu/document/download/e6cd4328-673c-4e7a-8683-f63ffb2cf648_en?filename=Political%20Guidelines%202024-2029_EN.pdf)